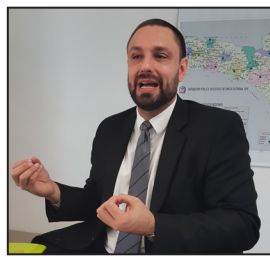


Revés na unidade

Enquanto as principais lideranças do PMDB-SC se preparavam para mais um roteiro de final de semana do **15 em Movimento**, dessa vez para a região Serrana, o deputado peemedebista Antonio Aguiar fazia um discurso praticamente dando como certa sua saída do partido e futura filiação no PSD. A manifestação foi durante o segundo encontro do PSD, PP e PSB, ontem, em Campo Alegre, no Planalto Norte. O primeiro foi na segunda-feira, em Tubarão. Em seu discurso, Aguiar disse que “o bom filho à casa torna”, lembrando que já foi filiado ao PFL, partido que deu origem ao Democratas e de onde saíram muitos nomes rumo ao PSD, a exemplo do próprio governador Raimundo Colombo e o presidente do partido, deputado Gelson Merisio. Aliás, Merisio partiu para um abraço em Aguiar, em um clima de boas-vindas. O fato é que Aguiar, por problemas locais, não tem bom relacionamento com o presidente do PMDB, Mauro Mariani, anunciado como pré-candidato do partido ao governo para 2018. E já vinha manifestando que a situação estava insustentável.

Reação

Como resultado efetivo da audiência pública, proposta pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que discutiu, na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 14.2/2016, com origem no Tribunal de Justiça (TJ-SC), a Defensoria Pública Estadual oficializou a instituições envolvidas o seu descontentamento com alguns dispositivos previstos na proposta. “A Defensoria se nega a virar tesouraria do TJ”, enfatizou o defensor público-geral, Ralf Zimmer Junior. No entendimento da Defensoria, o projeto coloca a instituição como mera coadjuvante, com repasse de obrigações e serviços, mas negando autonomia e gerência sobre o repasse de verbas. Entre as propostas, o PLC regularizava a questão do credenciamento dos advogados junto à Defensoria, uma solução para garantir acesso à Justiça a mais pessoas. Foram notificados pelo defensor representantes do governo do Estado, da Assembleia Legislativa, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), TJ-SC, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral de Justiça, e chefia da Casa Civil.



Valquíria Guimarães

“Municípios irão à falência se continuarem custeando a maior parcela do transporte escolar.”

Deputada Luciane Carminatti (PT), presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, ontem, na conclusão da audiência pública sobre Transporte Escolar, realizada em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara Federal, representada pelo deputado federal Pedro Uczai (PT-SC)

Quase pronto Deputado estadual Natalino Lázare disse, ontem, que o novo Regimento Interno da Assembleia está praticamente pronto e vai contemplar a criação da Comissão Permanente dos Municípios. O anúncio foi feito durante o Diálogos Municipalistas, evento promovido pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Sem custos extras O projeto que cria a nova comissão é do próprio Lázare. Ele explica que a intenção é sintonizar as necessidades dos municípios com a atuação dos deputados estaduais. O presidente da Assembleia, Silvio Dreveck (PP), confirmou que esta será a 21ª comissão da Casa e não acarretará ônus, pois usará servidores e estruturas já existentes.

Agilidade O deputado federal Celso Maldaner (PMDB-SC) defendeu, no encontro da Frente Parlamentar da Agropecuária, a descentralização dos processos de licenciamento ambiental. Defende que o Ibama não pode centralizar todas as ações, enquanto estados e municípios têm condições de realizar os processos de médio e baixo risco ambiental. Maldaner afirma que os processos precisam ser me-

nos burocráticos e mais autônomos aos entes das federações. “Alguns chegam a demorar dez anos, inviabilizando muitos empreendimentos.”

Audiência no Sul Na segunda-feira (4), a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, da Assembleia Legislativa, vai realizar uma audiência pública para tratar da pavimentação da SC -440, de Urussanga a Lauro Muller, via Rio Carvão e Santana. A estrada é estadualizada e, apesar de ser o trajeto mais curto entre o Planalto Serrano e o litoral catarinense, não é pavimentada, prejudicando o desenvolvimento econômico da região. A audiência será coordenada pelo presidente da Comissão, João Amin (PP).

Alerta! A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu a venda do medicamento Paracetamol (**especificamente o lote 0130/16 do laboratório Hipolabor Farmacêutica**), depois do alerta do Laboratório Central de Saúde do Estado (Lacen-SC), que identificou material sólido na solução que deveria ser totalmente líquida. Mesmo classificado como caso de baixo risco, a Anvisa recomenda, preventivamente, que quem tiver o medicamento em casa faça o descarte.

Por Andréa Leonora
redacao@peloestado.com.br

Leia a Coluna digital e os diários que
a publicam em: peloestado.com.br



celesc
+fácil



Fatura por e-mail

Acesse celesc.com.br, cadastre-se e peça a sua. Para receber informações por SMS, mantenha seu cadastro atualizado.

Celesc
Distribuição S.A.

GOVERNO DE SANTA CATARINA